

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa
Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL
Cassio Taniguchi
Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES
Gilmar Mendes Lourenço
Diretor-Presidente

Emilio Kenji Shibata
Diretor Administrativo-Financeiro

Julio Takeshi Suzuki Júnior
Diretor do Centro de Pesquisa

Daniel Nojima
Diretor do Centro Estadual de Estatística

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti
Supervisão editorial

Léia Rachel Castellar
Diagramação

Claudia Ortiz
Revisão de texto

Stella Maris Gazziero
Projeto gráfico

SINAIS DAS ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS DO PARANÁ

*Gilmar Mendes Lourenço**

A divulgação das principais estatísticas de desempenho da indústria paranaense para o ano de 2012, apuradas por três pesquisas distintas, duas delas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) Regional e Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) –, e a outra empreendida pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), denominada Indicadores Conjunturais, provocou algumas perturbações nos meios especializados por identificar tendências aparentemente antagônicas.

Enquanto a PIM-PF demonstrou que o Estado reproduziu, de modo ampliado, a crise vivida pelo complexo manufatureiro nacional, com retração de -4,8% no volume de produção, contra -2,7% para a média do Brasil, a PIMES constatou incremento de 2,2% no contingente ocupado no Paraná, *versus* queda de -1,4% para a nação. A FIEP indicou acréscimo de 2,3% e 2,9% no faturamento real e ocupação de mão de obra na indústria, respectivamente, contra avanço de 2,4% nas vendas e contração de -0,2% no emprego, no Brasil.

A explicação para essas discrepâncias ultrapassa o argumento, difundido no ambiente de negócios, de retenção de mão de obra pelas companhias, mesmo em condições desfavoráveis de mercado, em razão dos elevados custos de demissão e de capacitação no Brasil. Na verdade, as causas do descompasso entre produção, emprego e faturamento industrial no Paraná, no exercício de 2012, repousam no uso de regras metodológicas distintas na definição das amostras de informantes, aderentes às peculiaridades das variáveis cujo desempenho deve ser acompanhado e mensurado mensalmente, nas três pesquisas.

A PIM-PF engloba um painel que equivale quase ao universo das grandes empresas, buscando cobrir mais de 60% do Valor da Transformação da Indústria (VTI), tanto no Brasil quanto nos estados, em atendimento às recomendações técnicas da Organização das Nações Unidas (ONU) para inquéritos conjunturais.

* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Mais especificamente, a pesquisa observa uma “amostra intencional” de produtos e empresas, constituída a partir da seleção, em ordem decrescente de importância, dos bens que representam no mínimo 80% do Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) de cada ramo e, na sequência, das unidades locais que respondem por ao menos 70% do VBPI de cada um deles, exceto para os 100 principais produtos em âmbito nacional, para os quais a seleção de informantes deve alcançar no mínimo 90% do VBPI. Por esses critérios, é fácil perceber que a PIM-PF não reserva qualquer espaço para a coleta de informações acerca de produtos com importância residual e de organizações produtivas de média e pequena dimensão.

Decerto, a contração do comércio internacional, determinada pela debilidade da demanda das economias avançadas, e o aprofundamento da desaceleração ocorrida na economia brasileira, afetaram, de forma mais drástica, a fabricação de bens de capital (investimento) e de insumos básicos, dominada por grandes conglomerados. É o caso da cadeia automotiva e dos ramos de papel, celulose, química e máquinas e equipamentos, no Paraná.

Em outros termos, por restrições de natureza metodológica, a PIM-PF não estaria captando a ainda pronunciada expansão verificada nas atividades de bens leves de consumo não duráveis e semiduráveis (por exemplo, alimentos e produtos têxteis), em resposta à continuidade do vigor do volume de vendas e dos preços externos (pontualmente de alimentos) e, principalmente, ao fortalecimento do mercado interno brasileiro, impulsionado pela multiplicação da massa de salários reais (emprego e rendimentos) e pelo prosseguimento das políticas de inclusão social.

Já a PIMES levanta dados sobre nível de emprego, horas pagas e salários nominais e reais, fornecidos por uma “amostra probabilística” de indústrias, representativas da estrutura de todo o setor secundário, incluindo as atividades extrativas e, o que é mais relevante, os pequenos e médios estabelecimentos fabris.

A FIEP colhe informações de empresas que representam 90% das vendas e 40% do pessoal ocupado nas atividades de transformação. Por esse raciocínio, esses indicadores revelariam a articulação regional com o enfraquecimento do comércio mundial, o ciclo de desova de estoques, predominante no País em 2012, e a sustentação da demanda doméstica brasileira na categoria de bens salário.

Tanto é assim que as vendas do complexo industrial paranaense, amparadas nos ramos têxtil, vestuário, calçados, madeira, material elétrico, máquinas e equipamentos, química e veículos, aumentaram 8,6% para o mercado nacional e encolheram -2,6% e -2,8% para dentro do Estado e exterior, respectivamente.

Os dados da FIEP, ao lado dos resultados da PIMES, também incorporariam parcela relevante da pujança atual das pequenas e médias fábricas, especialmente aquelas operantes no interior do Paraná, notadamente na criação de empregos. A esse respeito, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho em Emprego (MTE), o Estado foi responsável por 15,6% dos empregos líquidos, com carteira assinada, da indústria de transformação (mais nobres, com maior remuneração) gerados no Brasil, em doze meses encerrados em fevereiro de 2013.

Tal comportamento colocou o Paraná em terceiro lugar no *ranking* nacional na abertura de vagas no setor, atrás apenas de Minas Gerais e Santa Catarina, que representaram 20,7% e 17,9%, respectivamente, do total de postos criados, no mesmo período. O Estado figurou no terceiro posto em participação do segmento fabril nos empregos totais (18,5%), depois de Santa Catarina (28,8%) e Goiás (22,9%), contra 8,9% para a média do País. Ademais, 90,7% dos empregos industriais foram proporcionados no

interior do Estado, corroborando a tendência de disseminação geográfica da expansão do mercado de trabalho industrial vivida pelo Paraná.

A retomada sólida da curva ascendente da indústria no Estado, traduzida nos índices de evolução da produção, emprego e rendimentos provenientes do trabalho, no começo de 2013, requer, fundamentalmente, a melhoria dos parâmetros externos que afetam o ciclo de negócios regional. Mais especificamente, a recomposição da capacidade de crescimento duradouro da indústria brasileira exige o prosseguimento da redução do custo do crédito para consumo, giro e investimento, que foi operada de modo vagaroso, desde o segundo semestre de 2011, e a superação dos gargalos da infraestrutura – e torcida por ela –, atrapalhada, com cada vez mais frequência, pela ausência de estratégia e escassa eficiência gerencial do executivo federal.

Mais que isso, em caso de abrandamento da turbulência externa e alteração do eixo da macroeconomia brasileira – menos voltado para o presente, protagonizado pelo populismo do consumo, e fortemente direcionado ao futuro, caracterizado pela ampliação da oferta (investimentos e produtividade) –, a matriz industrial estadual carrega potencial de restauração da capacidade expansiva experimentada em 2011, quando cresceu 7,0% contra 0,3% para o País.

Mas é prudente lembrar que o empuxe do setor fabril operante no território estadual também acontecerá em linha com os componentes intrínsecos ao funcionamento da sua matriz produtiva, principalmente o mercado de trabalho, o agronegócio (com a mistura entre supersafra e elevadas cotações internacionais), os efeitos da aceleração das obras de restauração e ampliação da competitividade da infraestrutura, por parte do governo estadual, e a continuidade da maturação da carteira de aproximadamente R\$ 21 bilhões de investimentos industriais privados, conquistada e abrigada pelo Programa Paraná Competitivo, a partir de 2011.